

Decreto

DECRETO N° 3.930, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 84.000,00, e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº 4.357 de 24/11/2004...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no vigente orçamento CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 84.000,00 (Oitenta e Quatro Mil Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
01.03 – Secretaria de Administração
01.031.1010.2108.108 – Manutenção de Setor
3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.....R\$ 50.000,00
3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais..... R\$ 2.000,00

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
01.05 – Secretaria de Finanças
01.122.1010.2111.111 – Manutenção de Setor
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$ 26.000,00
3.1.90.13.00.00 – Obrigações PatronaisR\$ 6.000,00

TOTAL.....R\$ 84.000,00

Art. 2º - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o artigo anterior, serão utilizado o recurso por **anulação parcial** das seguintes dotações orçamentárias:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
01.03 – Secretaria de Administração
01.031.1010.2108.108 – Manutenção do Setor
3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo.....R\$ 52.000,00

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
01.05 – Secretaria de Finanças
01.122.1010.2111.111 – Manutenção de Setor

3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R\$ 16.000,00
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..R\$ 16.000,00

TOTAL.....R\$ 84.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 24 de novembro de 2004, 89ª da
Fundação e 50ª da Emancipação Política.

PERCIVAL SANTOS MONIZ
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado
no DIORONDON.

THEMIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo Municipal

Portaria

PORTARIA N.º 003/2004

Dispõe sobre a nomeação dos representantes da Comissão de Avaliação Processual de Desempenho dos servidores em estágio probatório, celetista e efetivos da Rede Municipal de Educação para os procedimentos cabíveis conforme Decreto 3.904 de 22/09/04.

O Secretário Municipal de Educação, **professor AILTON DAS NEVES**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os representantes da Comissão de avaliação instituída para esse fim, compostos pelos seguintes membros:

- a) **Representante da Semec**
Jacilete Santos Silva
- b) **Representante do SISPEMUF**
Marli Soares da Silva
- c) **Representante dos Servidores**
Ronivaldo Rocha de Souza – Membro
Maria de Lourdes Cadidê – Suplente
- d) **Representante dos Docentes do Ensino Fundamental**
Pedro Angelo de Souza – Membro
Darcy Dias Lasmar – Suplente
- e) **Representante dos Docentes do Ensino Infantil**
Roseli santos de Almeida – Membro
Vera Lúcia Álvares da Costa – Suplente
- f) **Representante do CONSEDE**
Deusdê Pereira da Silva

Art. 2º - O mandato da comissão será de três anos a contar da data de publicação.

Art. 3º - A Comissão de Avaliação terá como atribuição as seguintes atividades:

- a) aplicar a avaliação de desempenho juntamente com o chefe imediato anualmente, em local e hora estabelecidos em normativa interna da comissão;
- b) avaliar o servidor que se encontrar afastado por atestado médico, quando o mesmo retornar ao exercício da função, mediante ao comunicado do chefe imediato;
- c) trabalhar os dados, registrar a média final de cada servidor no anexo VI por unidade de ensino com parecer conclusivo e encaminhá-lo ao CONSEDE;
- d) encaminhar ao CONSEDE todos os anexos usados no processo de avaliação devidamente preenchidos;
- e) dar conhecimento do resultado final da avaliação, através de relatório final no anexo VI por unidade de ensino aos servidores;
- f) registrar em Livro Ata próprio da comissão de avaliação todo o processo e todos os casos de servidores que não fizeram a avaliação e qual o motivo;
- g) encaminhar ao CONSEDE todos os nomes, cargos, matrícula e admissão dos servidores que não fizeram a avaliação e o motivo, através de relatório;
- h) proceder a avaliação com o servidor que se encontrar afastado por interesse particular, noventa (90) dias após o seu retorno, através de comunicado do chefe imediato;
- i) a comissão terá 30 (trinta) dias para efetivar a avaliação e encaminhar o resultado ao CONSEDE.

Art. 4º - As orientações complementares encontram-se no Decreto nº 3.904 de 22/09/04.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Rondonópolis, 23 de novembro de 2004.

AILTON DAS NEVES
Secretário Municipal de Educação

DEFESA DO CONSUMIDOR

Rondonópolis sedia encontro estadual dos Procons

Matusalem



O consumidor em geral, avalia Ana Inês do Procon, tem maior consciência sobre seus direitos

CORACY LIMA
RedaçãoAscom

O município de Rondonópolis sediará o Encontro Estadual dos Procons que acontece nos dias 4 e 5 de dezembro. A coordenadora do Procon de Rondonópolis, a advogada Ana Inês Nunes Garcia Ferreira, explicou que nesse encontro serão debatidas questões como o calendário de 2005, fechamento das atividades de 2004 e as mudanças previstas para o próximo ano, inclusive as propostas relativas ao atendimento do

público.

Uma oficina sobre a defesa dos direitos do consumidor que acontece em Cuiabá,

no período de 30 de novembro a 3 de dezembro, antecede o encontro em Rondonópolis. A coordenadora Ana Inês participará do evento na capital. Ana Inês participou também da discussão sobre a avaliação da demanda e reclamações em todo o Estado durante o 4º Encontro Estadual dos Procons, realizado no município de Cáceres, no período de 13 a 15 de outubro.

O consumidor em geral, avalia Ana Inês, conquistou maior consciência sobre os próprios direitos, nos

últimos anos. Ana Inês cita como exemplo o resgate de uma reportagem feita a cerca de 20 anos, quando o consumidor avaliava que deveria arcar com os prejuízos de adquirir um produto defeituoso. “Hoje o consumidor briga até pela cor e o modelo escolhido”, comparou. Ana Inês atribui a conscientização da população em geral ao Código de Defesa do Consumidor que foi lançado em 11 de setembro de 1990 e se tornou o mais utilizado no País, além do apoio da imprensa brasileira. “A mídia nos ajuda muito a atuarmos na defesa do consumidor porque está sempre denunciando as injustiças e alertando o cidadão sobre seus direitos”, acrescentou.